
Sustentabilidade a partir do envolvimento

IVANA CRISTINA LOVO*

Resumo

Um panorama cronológico sobre a discussão de desenvolvimento sustentável é delineado mediante a proposição de diferentes conceitos, iniciada em 1970 com a discussão sobre o ecodesenvolvimento, dando seguimento com a discussão sobre economia ecológica, economia verde e socioambientalismo nos dias atuais. As dificuldades de alcançar acordos efetivos na conceituação e nas estratégias para promover a sustentabilidade refletem os diferentes interesses demarcados pelos conflitos distributivos envolvendo as disputas sobre os recursos naturais, os serviços ambientais e o destino dos contaminantes. Envolvimento e decrescimento são expressões propostas para delinear e qualificar melhor as intenções e interesses em torno da discussão sobre desigualdades e limites que estão diretamente relacionados com a concretude da sustentabilidade.

Palavras chave: Sustentabilidade. Decrescimento. Socioambientalismo. Ecosocioeconômico.

Introdução

Este artigo é uma versão atualizada de um dos capítulos da tese da referida autora, defendida em abril de 2011, intitulada *Agricultura urbana: um elo entre ambiente e a cidadania*. Trata-se, aqui, de uma versão cujo objetivo é revisitar a discussão em torno de conceitos e processos políticos relacionados à sustentabilidade.

* Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Estudos de doutoramento na FAFICH/UFMG. E-mail: iclovo@uai.com.br.

Apresenta-se uma revisão bibliográfica sobre essa temática, e busca-se delimitar as opções da autora referentes aos conceitos hegemônicos e as práticas políticas que visam à concretude da sustentabilidade. A pergunta-chave que orientou a discussão aqui apresentada foi: “Por que a dificuldade para o avanço em direção ao desenvolvimento sustentável e quantos entendimentos são possíveis para a expressão ‘desenvolvimento sustentável’?”

Ao se buscar uma panorâmica sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, é possível encontrar em trabalhos como os de Alier (1998), Leff (2001a), Lisboa (2009) e Romeiro (2012) uma contextualização sobre o processo de construção e questionamentos desse conceito, bem como perceber como o movimento ambientalista foi se estruturando no mundo e no Brasil. Esses trabalhos se complementam, mostrando o desenrolar do movimento ambiental por meio das resistências e denúncias da década de 1960, que incitaram os questionamentos sobre as bases conceituais que deram impulso ao crescimento econômico (direcionando para o surgimento da concepção de sustentabilidade, sem compatibilizar as perdas dos recursos naturais nos processos econômicos de acúmulo de riquezas). De acordo com Romeiro (2012, p. 68) “o conceito de desenvolvimento sustentável surgiu com o nome de ecodesenvolvimento nos anos 1970” como fruto de um esforço para encontrar uma terceira via opcional à visão, de um lado, dos desenvolvimentistas e, de outro, dos defensores do crescimento zero. Na base desses conceitos e discussões estava o desafio de pensar um crescimento econômico que evitasse o esgotamento dos recursos naturais e a queda brusca na qualidade de vida.

Esses autores discutem, também, as tendências que compõem o movimento ambientalista internacional e brasileiro, assim como a realidade do mundo globalizado contemporâneo com a geração da sociedade de risco, que se “caracteriza pelos frutos da ação humana, a partir de tecnologias criadas para resolver problemas, mas que criam outros piores ainda”. (LISBOA, 2009, p. 132)

Com um olhar cronológico é possível perceber as bases da origem do conceito de ecodesenvolvimento, passando pelo desenvolvimento sustentável e culminando nos atuais sentidos expressos pelo socioambientalismo, pela economia ecológica, pela economia verde e, ainda, pela justiça ambiental. Segundo Leff (2001a), o ecodesenvolvimento diferencia-se do conceito de desenvolvimento sustentável pelo fato de que este último dá continuidade a uma produção dominada pela lógica do mercado, em que a proteção do ambiente é considerada um custo e uma condição do processo econômico e cuja “sustentabilidade” gravita sobre os princípios da racionalidade mecanicista. Dessa forma, com o desenvolvimento sustentável há um questionamento da economia, porém sem a preocupação de refundar as bases da produção nos potenciais e limites da natureza e na diversidade cultural. O autor afirma que “sem uma nova teoria capaz de orientar o desenvolvimento sustentável, as políticas ambientais seguem subsidiárias das políticas neoliberais”. (LEFF, 2001a, p. 149)

Buscando uma crítica mais profunda, autores como Layrargues (1997) Leff (2001a) e Duarte (2005) recordam que o desafio trazido pelo conceito do ecodesenvolvimento apontava para a necessidade de construir novos caminhos para a sociedade, almejando novos valores e outros estilos de vida, de produção e consumo, apontando para a desconstrução do paradigma econômico da modernidade e para a construção de futuros possíveis, fundados nos limites das leis da natureza e dos potenciais ecológicos e na criatividade humana. Para isso, é necessário um horizonte em longo prazo, um amplo conhecimento das culturas e dos ecossistemas e, também, de como as pessoas se relacionam com seu cotidiano, enfrentando seus problemas diários. Faz-se necessário, para tanto, envolver os cidadãos no planejamento e na proposição de estratégias, pois são eles os melhores conhecedores das suas próprias realidades.

Alhier (1998) mostra a necessidade de dar um salto em direção a uma economia ecológica, que vê a economia de mercado imersa em um sistema físico-químico-biológico mais amplo. A economia

ecológica se refere ao estudo da compatibilidade entre a economia humana e o ambiente em longo prazo, incluindo a necessidade de valorar os recursos naturais e os serviços ambientais, considerando as externalidades e os conflitos distributivos resultantes dos processos de geração das mercadorias. Ou seja, devem ser considerados “os impactos ambientais cujos valores não são captados pelos preços do mercado”, bem como “as assimetrias ou desigualdades sociais, espaciais e temporais no uso humano dos recursos naturais (incluindo a degradação da terra e a perda de biodiversidade) e na carga de contaminação”. (ALIER, 1988, p. 166, 215)

Segundo Leff (2001a), uma década depois da conferência de Estocolmo, em 1972, que foi o primeiro grande encontro internacional das Nações Unidas para a discussão da relação entre desenvolvimento e meio ambiente, e após terem sido formulados os princípios do ecodesenvolvimento, os países do Terceiro Mundo se viram mergulhados na crise da dívida, caindo em graves processos de inflação e recessão. A recuperação econômica ficou sendo, então, a prioridade e a razão de força maior das políticas governamentais, e é durante esse processo que se configuram os programas neoliberais em diferentes países. Em contrapartida, avançam os problemas ambientais no mundo, começando a cair em desuso o discurso do ecodesenvolvimento, para ser substituído pelo discurso do desenvolvimento sustentável. Leff (2001a, p. 152) comenta, ainda, que, “apesar de muitos dos princípios de ambos os discursos serem afins, as estratégias de poder da ordem econômica dominante vão modificando o discurso ambiental crítico para submetê-lo a racionalidade do crescimento econômico”. Resaltando esse movimento, afirma o autor:

O debate entre economia e ecologia tem se deslocado do enfoque crítico que via a racionalidade econômica como a causa da degradação ambiental e alertava sobre os *limites do crescimento*, para uma concepção de *desenvolvimento sustentável* em que se perde a perspectiva sobre as causas e custos da

destruição ecológica, apontando a pobreza como a principal causa da degradação ambiental e convocando as leis de mercado como mecanismo restaurador dos equilíbrios econômicos, ecológicos e sociais no mundo globalizado. (LEFF, 2001b, p. 8, grifos do autor)

Nesse contexto foi divulgado, então, o relatório *Nosso Futuro Comum* (WCED, 1987), elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987, e publicado em português pela Fundação Getúlio Vargas (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991). Esse relatório é também conhecido como “Comissão de Brundtland” ou “Relatório Brundtland”. Para Leff (2001a, p. 152), apesar de no referido relatório serem reconhecidas as diferenças entre as nações, busca-se construir uma política de consenso no intuito de dissolver os diferentes interesses dos países, povos e classes sociais que modelam o campo de conflito do desenvolvimento sustentável. Dessa forma, começa-se a configurar uma concepção de sustentabilidade como condição para a sobrevivência do gênero humano, buscando um movimento de esforço compartilhado por todas as nações do mundo para a construção do desenvolvimento sustentável.

Layrargues (1997, p. 6-7), avaliando o Relatório Brundtland, mostra que ele retira o componente ideológico da questão ambiental, de forma a dar certa dose de ingenuidade e descompromisso à mesma frente à falta de visibilidade do procedimento histórico que gerou a crise ambiental. Ele relata, ainda, que na proposta de desenvolvimento sustentado do relatório, também para as questões ambientais, as respostas estariam no mercado, e não em ações conjuntas com o planejamento. O autor conclui que o desenvolvimento sustentável proposto assume claramente a postura de um projeto ecológico neoliberal, que, sob o signo da reforma, produz a ilusão de vivermos um tempo de mudanças, na aparente certeza de se tratar de um processo que desembocará na sustentabilidade socioambiental.

Em sua crítica ao Relatório Bruntland, Alier (1998, p. 99-142 *passim*) desfaz o argumento de que a pobreza é a causa da degradação ambiental e mostra o equívoco de se considerar o crescimento econômico como remédio ao mesmo tempo contra a pobreza e contra a degradação ambiental. O autor considera que há duas pressões sobre os recursos naturais: a das populações e a da produção. Para Alier, o relatório relegou ao segundo plano as questões da redistribuição e da equidade no uso/acesso aos recursos naturais. Ele afirma, ainda, que o crescimento econômico leva ao esgotamento e à contaminação de recursos, o que por sua vez prejudica os pobres, existindo um conflito entre a destruição da natureza para se ganhar dinheiro e a conservação da natureza para se poder sobreviver.

Nesse contexto chegamos a junho de 2012 com a proposta de realização da segunda reunião da Cúpula da Terra das Nações Unidas no Rio de Janeiro (Rio+20), com os objetivos de avaliar o caminho percorrido para a efetivação da sustentabilidade e realizar novos acordos para sua concretização. As avaliações que subsidiaram esse encontro reconhecem os problemas da desigualdade socioeconômica entre diferentes nações (UNEP, 2011) e a pressão sobre os ecossistemas, com destaque para a definição das nove fronteiras planetárias dos ecossistemas, que, segundo o Stockholm Resilience Centre, se ultrapassadas, trarão prejuízos irreversíveis para humanidade. São elas: biodiversidade; mudanças climáticas; camada de ozônio; poluição química; consumo de água doce e ciclo hidrológico global; acidificação dos oceanos; mudanças no uso dos solos; mudanças nos ciclos biogeoquímicos, principalmente do nitrogênio e fósforo; e circulação de materiais particulados na atmosfera (aerosóis). Sabendo que os pontos relacionados com essas fronteiras não atuam isoladamente, mas estão todos interligados.

No período entre 1992 e 2012, houve um avanço no sentido de se reconhecer que a relação não é apenas socioeconômica, mas sim ecossocioeconômico. Esse reconhecimento é reforçado pelo

entendimento do papel central da humanidade na geologia e na ecologia, traduzido pelo conceito de antropoceno proposto por Crutzen e Stoermer (2000). Nesse sentido, a atmosfera em que a Rio+20 se realizou trazia como expectativas a necessidade de atitudes proativas e não apenas reativas, incluindo a necessidade de apontar claramente as prioridades sociais a serem enfrentadas para a passagem de uma economia de crescimento para uma economia de estado constante, como aponta Sachs (2012, p. 12-13) e esclarece Abramovay (2012, p. 22):

O século XXI exige governança da inovação tecnológica, sem dúvida: mas ele exige, sobretudo, *governança dos limites* nos usos dos materiais, de energia, e nas emissões de gases de efeito estufa. E é impossível lidar com esses limites apenas por meio da inovação tecnológica, sem que se enfrentem as desigualdades que marcam a distribuição e o emprego desses recursos materiais, energéticos e bióticos na economia global e no interior dos diferentes países. (Grifo do autor)

Abramovay (2012) reconhece aspectos positivos que o texto subsídio para a Rio+20, *The future we want: zero draft* (UNITED NATIONS, 2012), traz: a insistência em acabar com a fome; a necessidade de erradicar todas as formas de pobreza e de ampliar a participação dos interessados na governança das transformações tecnológicas necessárias ao uso dos recursos para reprodução humana; a necessidade de promover uma visão integrada e holística do planejamento das cidades; além de contemplar, superficialmente, temas como mudanças climáticas, água, energia e biodiversidade. O autor reconhece que a superficialidade (do documento *The Future We Want/Zero-Draft*) é resultado inevitável de um monumental esforço de síntese inerente a esse tipo de manifestação política. Por outro lado, enfatiza que o documento que subsidiou a Rio+20 é mudo em relação a duas questões decisivas para o futuro da organização social contemporânea: as desigualdades e os limites. Essa situação se refletiu, também, nos resultados da referida Reunião.

Dessa forma, como esperado por vários segmentos sociais inseridos nas discussões e estudos relacionados à temática da sustentabilidade, o documento final aprovado durante a Rio+20 foi frustrante, pois os avanços foram tímidos. Aprovou-se um documento genérico, que não reconhece o conceito de limites planetários e, também, não determina metas, prazos nem estabelece uma agenda de transição para a concretude de uma sustentabilidade mais consistente. Ou seja, na concretude dos interesses políticos e econômicos, como aponta Abramovay (2012, p. 23), há uma grande dificuldade em se avançar no sentido de uma governança voltada para limitar o uso dos recursos energéticos, materiais e bióticos necessários para a vida social, assim como para diminuir as desigualdades que são obstáculos para que esses limites sejam respeitados.

Assim, não se pode acreditar que apenas o esforço de concordar com um discurso único sobre a necessidade de buscar o desenvolvimento sustentável será suficiente para se chegar a consensos e acordos, em uma tentativa de fazer ligação entre os opostos do processo de desenvolvimento (entendendo como opostos os limites ambientais e a voracidade do crescimento econômico no modelo capitalista predominante). Leff (2001a, p. 155, 2001b, p. 9), mostra que o discurso da sustentabilidade aparece como um simulacro que nega os limites do crescimento para afirmar a correria desenfreada até a morte entrópica, e essa entropia se vê refletida na perda da biodiversidade, no aquecimento global e na desigualdade econômica e social.

Os impasses em torno da sustentabilidade

Os impasses na construção dos acordos e compromissos para a promoção da sustentabilidade são reflexos dos diferentes interesses, que estão camuflados sob o discurso comum e genérico

do desenvolvimento sustentável. Esses interesses ficam cada dia mais nítidos, como se pode verificar na falta de acordos na última Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP15, 2009) em dezembro de 2009 e, também, na dificuldade de se aprovar, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada em junho/2012 (RIO+20, 2012), um documento com prioridades e compromissos claros, incluindo metas quantificáveis e expressas em prazos preestabelecidos, a definição de quanto custará, quem financiará e como serão geridos os recursos para a transição para um sistema econômico mais equilibrado.

De acordo com Alier (1998, p. 164-166 *passim*), a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada em 1992, no Rio de Janeiro, fracassou em seu objetivo de alcançar acordos efetivos sobre mudanças climáticas e sobre a conservação da biodiversidade. O autor acredita que esse fracasso da Rio 92, que também pode ser transposto para Rio+20, deve-se aos conflitos distributivos, os quais se convertem em obstáculos intransponíveis contra o estabelecimento de políticas ambientais internacionais que estariam mais voltadas para atingir uma economia ecológica. Afirmar, ainda, que “por trás das disputas há conflitos distributivos e, conforme sejam as soluções desses conflitos distributivos, assim serão as políticas ambientais” (ALIER, 1998, p. 166). De fato, são muito poucas as tentativas políticas para construir acordos em torno dos temas relacionados aos conflitos distributivos. Conseqüentemente, esses acordos, ou a inexistência deles, influenciam no desenrolar das relações eco socioeconômicas globais.

Reforçando o entendimento sobre os conflitos distributivos, ressalte-se que as desigualdades sociais, espaciais e temporais no uso humano dos recursos naturais, dos serviços ambientais e na distribuição da carga de contaminação, sempre ocorreram de forma muito desequilibrada entre ricos e pobres, desde o nível do indivíduo até das nações. Para Leff (2006, p. 302) o conceito e

debate sobre conflito distributivo introduz na economia política do ambiente as condições ecológicas de sobrevivência e produção sustentável, assim como o conflito social que emerge das formas dominantes de apropriação da natureza e da distribuição da contaminação ambiental.

Com base nessa realidade é que a discussão em torno da economia ecológica mostra que escolhas difíceis são necessárias, pois não será possível resolver nossos problemas de escala e distribuição (intra e intergerações) meramente por meio dos mercados e das inovações tecnológicas, e não podemos achar que todos vão sair ganhando, da mesma forma que para se manter a riqueza em países desenvolvidos, muita desigualdade social e econômica é gerada. Contudo, para caminharmos no sentido da sustentabilidade, essas desigualdades devem ser diminuídas e eliminadas. Aqui está o desafio, pois, buscar equilíbrio significa diminuir onde existe muito acúmulo e ampliar onde há carências, e isso exige um entendimento sistêmico e um comportamento mais altruísta da sociedade.

Entre conceitos e atitudes

Depois do conceito de “desenvolvimento sustentável” divulgado no relatório intitulado *Nosso futuro comum* (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991), observa-se que vários outros conceitos têm sido propostos e/ou sugeridos por diferentes atores sociais. Pretty (1995), em seus estudos sobre agricultura sustentável, comenta (quase dez anos depois do conceito divulgado pelo Relatório de Brundtland), sobre setenta outras definições construídas para a expressão “desenvolvimento sustentável”, e constata que cada uma delas possui sutis diferenças, “ênfase em diferentes valores, prioridades e intenções” (PRETTY, 1995, p. 11). O autor destaca que sustentabilidade “é, por ele mesmo,

um conceito complexo e contestável”. Citando algumas possíveis interpretações, afirma que, para alguns, sustentabilidade implica a persistência e a capacidade de algumas coisas continuarem ao longo do tempo, e, para outros, a resiliência¹ e a habilidade para retornar à condição inicial após dificuldades inesperadas; ainda, para outros, é vista como um conceito que significa que as atividades desenvolvidas levam em consideração simplesmente o ambiente. Pretty (1995, p. 11) mostra que os valores relativos à sustentabilidade são socialmente construídos, e, assim, a sustentabilidade sempre foi, e continua sendo, um processo de debate e disputa socialmente construído. Reforça que “uma precisa e absoluta definição de sustentabilidade, e conseqüentemente de agricultura sustentável, é impossível”. Isso explica as tantas definições para o termo “sustentabilidade” e nos estimula a ter um olhar crítico sobre as tentativas de consenso em torno das definições. O mesmo está ocorrendo em torno da expressão “economia verde”, que está em voga no momento como estratégia de dar direções mais concretas para a efetivação do desenvolvimento sustentável.

¹ Resiliência – entendida como a capacidade do sistema para manter sua habilidade para funcionar diante de mudanças forçadas e choques externos. (TOWNSEND; BEGON; HARPER, 2006)

Nascimento (2012, p. 51-54 *passim*) apresenta a base biológica e econômica do conceito de sustentabilidade e como, a partir dos debates e disputas políticas ocorridas nas reuniões promovidas pela ONU (Estocolmo 1972 e Rio 1992), a dimensão social foi incluída nesse conceito. Hoje está amplamente reconhecido o tripé socioeconômico e ambiental, como citado, que fundamenta este conceito. O autor também reconhece que o desenvolvimento sustentável se tornou um campo de disputas, com uma diversidade de discursos que hora se opõem, ora se complementam. Segundo ele “a polissemia é a expressão maior desse campo de forças, que passa a condicionar posições e medidas de governos, empresários, políticos, movimentos sociais e organismos multilaterais”. (NASCIMENTO, 2012, p. 51)

O autor chama a atenção que o principal problema na definição de desenvolvimento sustentável não está nas diferentes

conceituações existentes sobre as dimensões ambiental, social e econômica. O problema consiste em escolher essas três dimensões como prioritárias, eliminando outras fundamentais, como a dimensão do poder e a dimensão cultural. Não é possível mudar os padrões de produção e consumo estando-se alheio às estruturas e decisões políticas e não é possível gerar mudanças no padrão de consumo e no estilo de vida se não ocorrer mudanças de valores e comportamentos. “Uma troca do valor de *ter mais* para o *ter melhor*, deslocar a noção de felicidade como resultado do consumir para o do usufruir, da instantaneidade da moda para a durabilidade do produto” (NASCIMENTO, 2012, p. 57, grifos do autor). Concordando com Nascimento (2012, p. 56-57), a conseqüência do esquecimento ou a não inclusão consciente dessas outras dimensões ao conceito de desenvolvimento sustentável produz uma despolitização desse conceito, como se contradições e conflitos não existissem e como se a política não fosse necessária em processos de mudanças, esquecendo-se de que as mudanças passam necessariamente por instâncias econômicas e espaços políticos.

Vivemos um momento em que se faz necessário demonstrar não apenas o compromisso e a vontade com a construção da sustentabilidade, mas, sim, o comprometimento com ações concretas para mudar a direção das prioridades e as condições que levam aos desequilíbrios ambientais, sociais e econômicos em andamento no mundo, que, por sua vez, não serão revertidos de súbito. Essa necessidade de ações concretas fará com que fiquem claros os diferentes interesses existentes no suposto consenso em torno do discurso genérico do desenvolvimento sustentável.

De acordo com Pretty (1995, p. 12), “sustentabilidade implica tempo e um espaço específico, como as situações e as condições mudam, então, nossa construção de sustentabilidade também muda”. O autor afirma, então, que “sustentabilidade não pode ser um pacote imposto, é muito mais um processo de aprendizado”. Nesse processo de aprendizado faz-se importante compreender

como, ao longo do tempo, aconteceu e acontecem condições de insustentabilidade? Há quanto tempo ações insustentáveis estão ocorrendo, quem as otimiza, onde predominam e quais valores ou princípios as alimentam?

Não podemos estar nesse debate de forma ingênua, assumido os discursos catastróficos, como os que apontam o fim da espécie humana ou do planeta Terra. Trata-se de entender que esse é mais um debate na sociedade em que o campo de disputas e concepções está dado e se realiza ao mesmo tempo em que transformações ambientais ocorrem como consequência da intervenção antrópica. O que tem de estar claro é que tanto no debate como na prática as condições em que se dão as relações de poder não são as mesmas para todas as nações, grupos ou classes sociais. Para aprofundar esse debate, é necessário ir além de debater interesses de natureza geral e aprofundar o entendimento sobre interesses de grupos e classes sociais sem escamotear a assimetria de poder no âmbito das relações na sociedade. (NASCIMENTO, 2012; ABRVAMOVAY, 2012)

Um ponto que pode contribuir para esse aprofundamento pode ser o melhor entendimento sobre o termo “desenvolvimento”. Assim, um olhar possível é o de perceber que, além da conotação de crescimento, vinculado ao contexto econômico-capitalista, podemos perguntar sobre o possível sentido literal da palavra (des)envolver. Essa discussão pode apoiar o debate sobre as necessidades de mudança nos valores morais e no comportamento da humanidade para que as atitudes tomem uma direção mais comprometida com a sustentabilidade.

O envolvimento como possibilidade

Referenciamo-no sem Viana (2004, p. 23-26 *passim*), que inicia uma reflexão sobre a expressão “desenvolvimento sustentável”

que vem corroborar os pontos refletidos anteriormente e avança em uma proposição de mudanças de terminologia. Sua proposição tem como base a realidade de que muito raramente as populações são envolvidas para compartilhar as decisões em todas as etapas de um projeto de intervenção (concepção, implementação e avaliação). Partindo da realidade de experiências com conservação de ecossistemas florestais, ele afirma que são as comunidades tradicionais (índios, caiçaras, quilombolas, caboclos, ribeirinhos e extrativistas) que detêm conhecimentos fundamentais para a tomada de decisões coerentes sobre o manejo das áreas. Assim, mostra que

raras são as iniciativas que se preocupam em capacitar técnicos e pesquisadores para a utilização de métodos que criem condições para uma participação efetiva, obedeçam a um código de ética básico e resultem numa transferência de poder, e o resultado é que, raramente, as populações são envolvidas no processo de tomada de decisões. (VIANA, 2004, p. 24)

Viana (2004, p. 24) resgata uma crítica originalmente feita por um artista caiçara que propõe a reflexão sobre a palavra “desenvolvimento”, e destaca que “envolver, aliás, é a antítese de *des-envolver*”. Na sua análise, ele apresenta as definições de ambos os vocábulos, considerando o Dicionário Michaelis da língua portuguesa², destacando, então, que “*desenvolver (des+envolver)* significa *tirar do invólucro, descobrir o que estava encoberto, envolvido, e envolver significa meter-se num invólucro, incluir, comprometer-se*” (VIANA, 2004, p. 25). Complementando a definição desses vocábulos com outros dicionários da língua portuguesa da Enciclopédia Britânica (1977), Ferreira (2005) e o Priberam digital (2009), percebem-se as definições de envolver como um vocábulo originário do latim *involvere*, *ere* – rolar para, rolar sobre, arrastar, cercar, e, ainda, é *fazer, tomar parte, comprometer, abranger, e desenvolver (des+envolver) é fazer crescer, medrar, prosperar, gerar, produzir, tirar do invólucro, descobrir o que estava envolvido.*

² Cf. DICIONÁRIO Michaelis da língua portuguesa. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra>>. Acesso em: 18 fev. 2011.

Observando as definições, nota-se o oposto no significado de ambas as palavras e, comparando com as definições mais atuais, o que chama a atenção é a complementação que há na definição da palavra “desenvolvimento”, onde as versões atuais dos dicionários fazem associação a crescimento, progresso e aumento. Ferreira (2005, p. 304) complementa, inclusive, definindo desenvolvimento sustentável da mesma forma que a Comissão de Brundtland: “É o que, ao utilizar os recursos naturais racionalmente, atende as necessidades humanas do presente, e não prejudica o meio ambiente e as gerações futuras”.

Nesse sentido, Taibo (2010, p. 15 e 16) mostra a proximidade de sentidos entre os conceitos de crescimento e desenvolvimento, indicando como este último termo acaba ocultando os traços fortes implicados no termo crescimento, que privilegia o quantitativo da exploração dos recursos, muito impregnado no sentido do crescimento capitalista. Dessa forma, o autor considera desenvolvimento com uma palavra tóxica, por parecer doce e aceitável por todos, mas que, na realidade, matiza significados fortes, como acumulação de capital, exploração da força de trabalho, dentre outras, principalmente quando está acompanhado de vocábulos adjetivos, como comunitário, participativo, autocentrado, local, social, humano e outros. Dada essa proximidade de significados é que o autor aponta como compreensível a dificuldade de tradução do conceito de desenvolvimento em muitas línguas e culturas em “sociedades cuja sua reprodução não depende de uma acumulação de saberes e bens que faz com que o presente seja melhor que o passado”. (TAIBO, 2010, p. 126-127)

Diante do paradoxo entre as palavras envolver e (des)envolver, e buscando relação com o momento contemporâneo, evidenciam-se claramente os efeitos trazidos pelo movimento em prol do desenvolvimento ou a busca desenfreada por ele. Isso reflete em uma característica da sociedade atual – em que as pessoas estão progressivamente menos envolvidas – na qual se fortalecem as ações

individuais. Por outro lado, também se mostra clara a situação de como os povos e as comunidades locais, num movimento de busca por sobrevivência, ambas com suas diferentes formas de envolvimento, conseguem construir alternativas eficientes para as situações em que vivem nos diferentes territórios que habitam. Com isso, é possível reafirmar a reflexão de Viana *et al.* (2001, p. 24-25):

Está o conceito de ‘desenvolvimento’ equivocado? ...Poderíamos dizer que *desenvolver* uma pessoa ou comunidade significaria retirá-la do seu invólucro ou contexto ambiental; descomprometê-la com o seu ambiente [...] Talvez seria oportuno pensar num novo conceito, de acordo com essa perspectiva caíçara. Seria mais coerente mudar nosso paradigma para o *envolvimento sustentável*? Por envolvimento sustentável poderíamos entender o conjunto de políticas e ações direcionadas para fortalecer o envolvimento das sociedades com os ecossistemas locais, fortalecendo e expandindo os seus laços sociais, econômicos, culturais, espirituais e ecológicos, com o objetivo de buscar a sustentabilidade em todas as suas dimensões.

Viana fundamenta a mudança da terminologia para *envolvimento sustentável*, pois em diferentes locais se percebe que é por meio do envolvimento que se consegue alguma mudança de comportamento na relação do ser humano com o ambiente e entre os seres humanos nas conquistas políticas. Ao mesmo tempo, é pelo envolvimento que se têm mantido valores considerados antigos por muitos, mas que se mostram mais eficazes para promover e manter equilíbrios sociais, econômicos e ambientais.

O termo “envolvimento” também se mostra mais bem apropriado para entendermos a realidade das relações de poder nos processos de construção de alternativas para as diferentes sociedades, pois ele nos leva a ter maior atenção para os atores envolvidos na relação e para a natureza dos seus envolvimento. É importante saber que não devemos conceber como boa ou sustentável toda forma de envolvimento, porque a nossa realidade mostra que sempre estamos envolvidos com algo, de acordo com nossos

interesses e intenções no momento em que nos encontramos. Assim, o termo “envolvimento” sempre nos levará para uma percepção sobre qual o tipo de envolvimento que está em jogo em determinada ação ou conjuntura e deixará mais claro com qual situação se relaciona diretamente, quais interesses estão envolvidos e quem se compromete, ou se envolve, com eles. Assim, fica mais difícil – não impossível – haver uma camuflagem por trás de um discurso bonito e politicamente satisfatório.

O termo *envolvimento* possibilita um direcionamento mais lógico e direto, melhor que *desenvolvimento*, para as mudanças necessárias ao caminho da sustentabilidade. Essas mudanças vão no sentido de ampliar a relação entre as pessoas e o exercício da prática democrática; o termo envolvimento nos remete, também, à noção de partilha, inclusive de poder, e traz a noção de cuidado, por nos remeter sempre ao outro, uma vez que envolver tem de ser com alguém ou com algum objeto, incluindo aqui os elementos naturais.

O termo *envolvimento* nos direciona para pensar sobre a intenção da ação, para entender como os atores estão relacionados com ela, quais seus princípios e compromissos expressos nos seus envolvimento e por seus atos. Não se trata de simplesmente adicionar um termo novo no já difícil debate sobre o futuro do planeta e a nossa sustentabilidade. “O desafio é mais profundo: servindo-nos de um conceito para estimular a mudança de nossas atitudes, valores e práticas no processo de tomada de decisões”. (VIANA, 2004, p. 26)

Dessa forma, seria possível que a condição de sustentabilidade deixasse de ser vista como uma meta inalcançável e passasse a ser uma construção diária, sujeita a trilhar caminhos distintos que possam proporcionar situações de sustentabilidade, de equilíbrio no presente e que, ainda, esses caminhos possam contribuir com maior ou menor consistência para que a sustentabilidade seja mantida ao longo dos tempos.

Viana (2004) trabalha a proposição da terminologia *envolvimento sustentável* baseando-se em experiências com comunidades tradicionais no manejo de recursos naturais da Mata Atlântica no contexto do Vale do Ribeira, em São Paulo. Todavia, esse termo se aplica a diferentes realidades, considerando contextos tanto do campo como da cidade, pois, independentemente dos desafios encontrados nos diferentes espaços, são nesses diferentes lugares que ocorrem as ações e, conseqüentemente, as diversas relações e envolvimento entre as pessoas e destas com os recursos naturais.

De acordo com Santos (1996, p. 51), o conjunto de sistemas de objetos e sistema de ação forma o espaço de modo indissociável, solidário e contraditório. Para Fernandes (2008, p. 3), essa definição de Milton Santos contempla tanto a natureza quanto a sociedade, pois no sistema de objetos são compreendidos os objetos naturais ou elementos da natureza e os objetos sociais ou objetos produzidos por meio das relações sociais, que por sua vez modificam e transformam a natureza, explicitando, portanto, uma indissociabilidade entre ambos. Segundo o autor, ao se analisar o espaço, não se pode separar os sistemas, os objetos e as ações, que se complementam no movimento da vida, em que as relações sociais produzem os espaços e os espaços produzem as relações sociais; assim, espaço e relações sociais estão em movimento o tempo todo, construindo a história, e esse movimento ininterrupto é o processo de produção do espaço e de territórios.

Essa definição de espaço que nos traz Milton Santos também possibilita quebrar a lógica dominante de conceitos hegemônicos, como rural, urbano, desenvolvimento, crescimento, pois cada espaço terá sua própria interação entre os sistemas de objetos e sistema de ações. Dessa forma, esse conceito estimula a perceber a diversidade de possibilidades de interações, reflexos das dinâmicas locais, evitando que se busque promover as mesmas relações em todo e qualquer lugar, como acontece com os sistemas que estimulam a produção e o consumo sem limites.

As reflexões desses autores possibilitam um entendimento favorável ao uso do termo *envolvimento* para melhor qualificar a discussão sobre a sustentabilidade tanto para espaços do campo como da cidade, já que o espaço e o território são consequência também das relações sociais. Para Fernandes (2008, p. 3-4), os objetos ou elementos naturais também transformam o espaço, porém são as relações sociais que impactam o espaço com maior intensidade, tendo o poder de significar e interpretar a expressão da intenção, da pretensão do sujeito. Para esse autor, a intencionalidade expressa um ato político, um ato de criação, de construção e, de acordo com as tendências das intencionalidades, os territórios podem ser vistos de diferentes formas por diferentes sujeitos.

O recente movimento intelectual, social e político caracterizado pela terminologia *decrescimento* também nos faz repensar conceitos que se apresentam como hegemônicos, pois consegue direcionar nossas reflexões para as necessidades urgentes de revermos os padrões sociais dominantes, focando principalmente os paradigmas de consumo e de produção. Esse conceito, como o próprio nome indica, também é direto e claro, evitando termos que podem abranger uma diversidade de sentidos. Segundo Taibo (2010, p. 86-90, *passim*), não se trata de uma proposta nova, mas de um vocábulo que demonstra com eficiência o sentido das suas pretensões, tendo como base antigas formas de reivindicação de sociedades alternativas, assim como a experiência histórica de sociedades tidas como primitivas, mas que não pensavam que sua felicidade estava vinculada à acumulação de saberes e de bens.

O termo decrescimento tem sua base no entendimento da segunda lei da termodinâmica (entropia). O economista Georgescu-Roegen (1971 *apud* NASCIMENTO, 2012, p. 60) esclarece que todo processo produtivo é a transformação de energia em matéria de baixa entropia para alta entropia, ou seja, a transformação de energia e matéria disponível em não disponível. Com isso, um dia os seres humanos terão de mudar o rumo de seu desenvolvimento,

passando não mais a crescer, mas a decrescer, isso se a humanidade não quiser perecer.

Taibo (2010, p. 73-79, *passim*) descreve as características que formam os alicerces da proposta do decrescimento. São elas: a sobriedade e a simplicidade voluntária; a defesa do ócio diante do trabalho obsessivo (a repartição do trabalho); o triunfo da vida social frente à lógica da propriedade e do consumo ilimitado; a redução das dimensões de muitas das infraestruturas produtivas, da organização administrativa e dos sistemas de transporte; a primazia do local sobre o global; e a ativa política de redistribuição dos recursos em favor das pessoas desfavorecidas. Trata-se, segundo esse autor, do exercício dos “re”; assim, os objetivos são reavaliar, reconceitualizar, reestruturar, relocalizar, redistribuir, reduzir, reutilizar e reciclar.

Em todo esse contexto de crise ambiental e econômica Nascimento (2012, p. 61) acrescenta três probabilidades possíveis que se relacionam diretamente com a probabilidade ou não de se alcançar a sustentabilidade. Trata-se da possibilidade tecnológica, que deposita na capacidade inventiva do homem na superação anunciada dos limites dos recursos naturais; a possibilidade de mudança progressiva e radical do padrão de produção de consumo atual; e uma terceira possibilidade, que é a de não conseguirmos evitar a catástrofe que progressivamente poderá levar à consequências drásticas, como a extinção da humanidade. Lembrando que numa dessas possibilidades são respostas únicas para tratar o momento de crise em que se encontra a humanidade.

Conclusão

Os interesses estão postos e refletem as disputas sociais, econômicas e políticas em torno das diferentes intenções para se alcançar, ou não, algum nível de sustentabilidade. Assim, um conceito genérico,

despolitizado e hegemônico de desenvolvimento sustentável se faz apropriado por não explicitar as diferenças nas relações de poder na sociedade e camuflar antigas práticas que continuam fortalecendo o atual e extravagante padrão de produção e consumo. Esse é o contexto que contribui, também, para evitar que acordos sejam firmados na direção de fomentar mudança nos valores morais e nos comportamentos do ser humano e da sociedade.

Diante de um olhar sobre as intenções, mais uma vez nos deparamos com as disputas em torno dos caminhos a serem percorridos pelas sociedades. Na diversidade de intenções, encontramos diversas estratégias: aquelas hegemônicas, de promoção do consumo sobre todas as coisas, e outras com caráter de resistência ou de sobrevivência. Assim, Alier (1998, p. 264-265), em suas reflexões, propõe a prática de uma economia ecológica, na qual a economia não ficaria restrita ao estudo da formação dos preços, mas passaria a uma *oikonomia*, ou seja, estudaria o provisionamento material e energético das comunidades humanas, tendo para isso um olhar específico sobre as ações humanas e as consequências destas ao longo do tempo.

Dessa forma, o debate sobre sustentabilidade – para ser encarado com a seriedade que merece – deveria ser direcionado para a análise sobre o uso de materiais e energia, ou seja, a entropia, um desafio que coloca em destaque a discussão sobre distribuição ecológica. Nesse debate, os resultados da industrialização, com a expansão técnica, levando para modelos produtivos de exploração de recursos no campo e na cidade, nos levam a pensar sobre as possíveis formas de envolvimento sustentáveis que persistem.

A perspectiva de uso do vocábulo envolvimento em substituição ao vocábulo desenvolvimento, para o contexto do debate sobre sustentabilidade, mostra-se melhor para evitar as dicotomias. Assim, a aproximação do termo *envolvimento* com a terminologia *decrescimento*, considerando o seu entendimento e vínculo com a discussão da sustentabilidade, parece indicar uma boa união

terminológica para sustentar e explicitar, com clareza, as necessidades conceituais e de comportamentos e atitudes por parte dos humanos. Partindo de um decréscimo material e um crescimento relacional, seria necessário mais e melhor envolvimento para facilitar o decréscimo.

Abstract

SUSTAINABILITY THROUGH INVOLVEMENT

A chronological overview of the discussion on sustainable development is outlined by the proposition of different concepts, which began in 1970 with a discussion on eco-development, and continued nowadays with a discussion on the notion of ecological economy, green economy, and socio-environmentalism. The difficulties in reaching agreements on conceptualization and strategies that promote sustainability reflect different interests demarcated by distributional conflicts involving disputes over natural resources, environmental services, and the destination of contaminants. Involvement and decrement are expressions proposed to delineate and classify the best intentions and interests around the discussion on inequality and limits that are directly related to sustainability's concreteness.

Keywords: Sustainability. Decrement. Socioenvironmentalism. Ecosocioeconomic.

Résumé

LA DURABILITÉ GRÂCE À LA PARTICIPATION

Un aperçu chronologique sur la discussion du développement durable est décrit par la proposition de différents concepts, qui ont démarré en 1970 avec la discussion sur l'écodéveloppement, la poursuite de la discussion sur l'économie écologique, l'économie verte et socio-écologisme de nos jours. Les difficultés de parvenir à des accords efficaces dans la conceptualisation et des stratégies pour promouvoir la durabilité reflètent les différents intérêts délimitées par des conflits de distribution impliquant des litiges sur les ressources naturelles, les services environnementaux et la destination des contaminants. L'implication et la décroissance sont des expressions proposés pour délimiter et mieux qualifier les intentions et intérêts dans le débat sur les inégalités et les limites qui sont directement liés à la concrétude du développement durable.

Mots-clés: Développement durable. Décroissance. Socio-écologisme. Éco-socio-économique

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. Desigualdades e limites deveriam estar no centro da Rio+20. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 21-33, 2012.
- ALIER, J. M. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. Tradução de Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.
- ALIER, J.M. *Da economia ecológica ao ecologismo popular*. Blumenau: FURB, 1998. 402 p.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. 2. ed. Rio de Janeiro. Ed. Fundação Getúlio Vargas 1991. 420 p.
- CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (RIO+20), Rio de Janeiro, jun. 2012. Disponível em: <http://www.uncsd2012.org/rio20/index.php?menu=115>. Acesso em: 20/ jan. 2012.
- CONFERÊNCIA DAS PARTES DA CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA CLIMÁTICA, 15 (COP15), Copenhague, Dinamarca, dez. 2009. Disponível em: http://unfccc.int/meetings/copenhagen_dec_2009/meeting/6295.php. Acesso em: 20/01/2012.
- CRUTZEN, P. J.; STOERMER, E.F. "The 'Anthropocene'". *Global Change Newsletter*: Programa Internacional de Geosfera-Biosfera (IGBP), n. 41, maio 2000.
- DICIONÁRIO brasileiro da língua portuguesa Mirador Internacional. 2. ed. São Paulo: Enciclopédia Britânica do Brasil Publicações, 1977. v. 1. 960 p.
- DICIONÁRIO Michaelis da língua portuguesa. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra>>. Acesso em: 18 fev. 2011.
- DICIONARIO Priberam da língua portuguesa. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal>>. Acesso em: 18 fev. 2011.
- DUARTE, Regina Horta. *História & natureza*. Belo Horizonte: Autêntica. 2005. 112 p.
- FERNANDES, B. M. *Entrando nos territórios do Território*. 2008. Disponível no site: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/marco2008.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2011.
- FERREIRA, A. B. H. *Miniaurelio*: o dicionário da língua portuguesa. Coordenação de edição de M. dos Anjos e M. B. Ferreira. 6. ed. rev. atual. Curitiba: Positivo, 2005. 895 p.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. *The entropy law and the economic process*. Harvard University Press, 1971, 457 p.
- LAYRARGUES, Philippe Pomier. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito. *Proposta*, Rio de Janeiro, Ano 25, n. 71, p. 5-10, dez./fev. 1987.
- LEFF, Enrique. La ecología política em América Latina: un campo em construcción. In: ALIMONDA, Héctor (Org.). *Los tormentos de la materia*: aportes para uma ecología política latinoamericana. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. p. 21-39.
- LEFF, H. La insoportable levedad de la globalizacion: la capitalizacion de la naturaleza y las estrategias de la sustentabilidad. *Rev. Venez. de Econ. y Ciencias Sociales*, Caracas, v. 7, n. 1, p. 149-160, jan./abr. 2001a.

LEFF, H. Presentacion. In: _____; BASTIDA, M. (Org.). *Comercio, medio ambiente y desarrollo sostenible: perspectivas de America Latina y el Caribe*: Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente. Oficina Regional para America Latina y el Caribe. Universidad Nacional Autonoma de México. Centro de Investigaciones Interdisciplinarias em Ciencias y Humanidades, 2001b. p. 7-77. (Series Foros y Debates, 2).

LISBOA, M. V. Socioambientalismo: coerências conceituais e praticas entre os movimentos. In: Petersen, P. (Org.). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 129-137.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.

PRETTY, J. N. *Regenerating agriculture: policies and practice for sustainability and self-reliance*. London: Earthscan, 1995. 320 p.

ROMERO, Ademar Ribeiro. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômicoecológica. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 65-92. 2012.

SACHS, Ignacy. De volta à mão visível: os desafios da Segunda Cúpula da Terra no Rio de Janeiro. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 7-20, 2012.

SANTOS, Laymert Garcia dos. A desordem da nova ordem. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo (Org.). *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 27-41.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo. Hucitec, 1996. 384 p.

TAIBO, Carlos. *Decrescimento, crise, capitalismo*. Madrid: Estaleiro, 2010. 141 p. Disponível em: <<http://decrecimentobrasil.blogspot.com/2010/01/bibliografia.html>>. Acesso em: 18 jan. 2012.

TOWNSEND, C. R.; BEGON, M.; HARPER, J.L. *Fundamentos em ecologia*. 2ed. Porto Alegre: Artimed, 2006. 592 p.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). *Towards a green economy: pathways to sustainable development and poverty eradication*. 2011. Disponível em: <<http://www.unep.org/greeneconomy/greeneconomyreport/tabid/29846/default.aspx>>. Acesso em: 28 jan. 2012.

UNITED NATIONS WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT (WCED). *Our common future*. Oxford; New York: Oxford University Press, 1987. 416 p.

UNITED NATIONS. *The future we want: zero draft of the outcome document*. 2012. 19 p. Disponível em: <<http://www.uncsd2012.org/rio20/futurewewant.html>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo. *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.

VIANA, Virgílio M.. Envolvimento sustentável e conservação das florestas brasileiras. In: DIEGUES, Antonio Carlos; VIANA, Virgílio M. (Org.). *Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da mata atlantica*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC; NUPAUB;CEC, 2004. p. 23-26.

Recebido em janeiro de 2012
Aprovado em fevereiro de 2012